

José Luís Brandão da Luz

Os Açores na Filosofia e nas Ciências: Estudos I

Ponta Delgada, Letras Lavadas edições, 2018, 383 pp.

Num volume considerável, reuniu José Luís Brandão da Luz um conjunto de 21 textos redigidos ao longo de um período de 22 anos, frutos do seu labor em projetos de investigação, comunicações e conferências, que foi em parte dispersando por obras coletivas e revistas, num trabalho de pesquisa extraordinário e memorável sobre o contributo de personalidades açorianas para a filosofia e a ciência em Portugal. Este seu fascínio por um domínio que ainda hoje carece do interesse científico dos investigadores e se apresenta como território virgem de indagações e pesquisa sistemáticas, reporta-o a 1991, segundo o testemunho que dá na «Introdução» (cf. p. 7), apresentando-o com os traços consistentes de uma linha de investigação que a partir daí iniciou e mormente se consolidou após o seu doutoramento em 1992.

É curioso observar que a sua carreira académica na Universidade dos Açores, de 1981 a 2012, ano em que se aposentou, é sobretudo marcada pelos domínios da filosofia do conhecimento e da epistemologia. Atestam-no tanto a sua tese de doutoramento sobre *Jean Piaget e o Sujeito do Conhecimento* (1994) quanto as suas provas de agregação em filosofia, na disciplina de epistemologia, cujo relatório publicou com o título *Introdução à Epistemologia: Conhecimento, verdade e história* (2002). Na Universidade, lecionou, além da «Filosofia do Conhecimento» e da «Epistemologia», disciplinas como «Ontologia» e «Filosofia Social e Política». Olhando retrospectivamente para a trajetória científica e docente de José Luís Brandão da Luz, logo detetamos um investimento

de percurso em áreas científicas que poderiam ter sido prosseguidas em total independência de compromissos com a cultura filosófica portuguesa. Felizmente, o professor da Universidade dos Açores, com evidentes benefícios para a cultura pátria, manteve muito acesa a chama do seu interesse por ela, trazendo para o seu território o saber adquirido em teoria do conhecimento, em filosofia da ciência, em filosofia social e em filosofia e ciência políticas, domínios que estão efetivamente na matriz de saberes inspiradora das muitas páginas de *Os Açores na Filosofia e nas Ciências*.

O que há de notável no exercício de investigação deste livro é a aliança entre esses saberes e o sentido de uma prática historiográfica, também hermenêutica, que, sendo de ideias, não se furta à pesquisa e ao manuseio de fontes culturais, do livro ao arquivo, por onde efetivamente passa, numa atenção aos contextos históricos, sociais e políticos, o que testemunha a favor de uma consciência epistemológica dos sentidos da história e das verdades do tempo em que a história se exprimiu e exprime.

O resultado mais visível do seu trabalho como investigador no domínio da cultura filosófica portuguesa esteve: num primeiro momento, no contributo que deu com o estudo dos ideais da positividade em Portugal para o volume do século XIX da *História do Pensamento Filosófico Português*, editado em 2004, sob a direção de Pedro Calafate e a minha coordenação, onde pela primeira vez se viu a cultura oitocentista dos Açores, por sua mão, integrada na história da cultura filosófica portuguesa de Oitocentos; e esteve, num segundo momento, na origem do programa da disciplina de «Pensamento e Cultura nos Açores», que surgiu na Universidade dos Açores em 2003 e que foi transversal a vários cursos. A estes dois momentos se deve muito do labor que originou a presente obra, mostrando aí José Luís Brandão da Luz uma sólida orientação historiográfica e hermenêutica, para o que também devem ter contribuído as investigações pontuais com que preencheu algumas entradas da *Enciclopédia Açoriana*.

Nos 21 capítulos em que se estrutura a obra, Brandão da Luz debruça-se sucessivamente sobre os seguintes vultos: Teófilo Braga (1843-1924), Manuel de Arriaga (1840-1917), Francisco de Arruda Furtado (1854-1887), Eugénio Pacheco (1863-1911), Caetano de Andrade

(1844-1900), Sena Freitas (1840-1913), Antero de Quental (1842-1891) e Francisco Machado de Faria e Maia (1841-1923), pelo que abrange uma onda cronológica que, a contar com datas de nascimento e morte dos autores, se situa entre 1840 e 1924, assim entrando na segunda meia centúria oitocentista até os inícios da década de 20 do século seguinte. Neste cômputo, e sob um olhar estatístico, cabe o maior conjunto de estudos a Teófilo Braga, em número de seis, sobre temas diversos — a conceção positivista da filosofia (cf. pp. 9-21), a renovação da filosofia positivista (cf. pp. 23-49), o lugar das ciências sociais e sua importância epistemológica no contexto dos saberes positivos (cf. pp. 51-64), a questão da religião e o ateísmo confesso (cf. pp. 65-85), a teoria dos «Grandes Homens» (cf. pp. 89-96) e a relação com o Liceu de Ponta Delgada (cf. pp. 97-102) —, seguindo-se Manuel de Arriaga com dois — que versam a ordem do conhecimento e do direito (cf. pp. 103-131) e a ideia de república em Portugal (cf. pp. 135-143) —, além de dois outros que os põem em relação a propósito do enraizamento social do ideal republicano (cf. pp. 145-159) e do federalismo (cf. pp. 161-181) no pensamento político de ambos.

Na ordem dos capítulos, Arruda Furtado (cf. pp. 183-200) arrecada um ensaio sobre a sua antropologia naturalista e evolucionista, no quadro da qual se estuda a origem animal do homem e se investiga a influência das ideias de Darwin, tanto na sua obra especulativa quanto na investigação em malacologia, cujos fundamentos epistémicos Brandão da Luz remonta ao transformismo darwinista. A presença de Darwin em Arruda Furtado, com o qual este se cartou, é um exemplo entre outras ocorrências da doutrina darwinista em autores açorianos, como o atestam, por exemplo, Teófilo Braga, que nela se inspirou para repensar a sociologia, admitindo que a seleção natural constitui a base dedutiva desta ciência (cf. p. 16), a cuja figura poderíamos associar outros ilustres açorianos que se deixaram encantar pelos verbos do evolucionismo, de entre os quais podemos destacar José Augusto Nogueira Sampaio (1827-1900), médico-cirurgião e reitor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, que sustentou uma polémica sobre a vida com António Maria Ferreira (1851-1912), cónego da Sé de Angra, que contra as teses evolucionistas e ateias daquele brandiu o escalpelo da teologia e do espiritualismo (cf. p. 359). Tal facto é assinalável para

dizer que nos Açores, como no Continente, se replicaram debates em torno do evolucionismo, pró e contra, tendo sido muito acesa a chama do espiritualismo católico na sondagem e crítica dos seus pressupostos, como, aliás, do positivismo e de outras formas materialistas, de onde se destaca a figura extraordinária de sábio e apologeta que foi o Pe. José Joaquim de Sena Freitas.

Diga-se também, em abono da verdade, que o darwinismo não foi nos autores açorianos que o professaram, como também nos continentais, uma tendência pura, e já Teófilo o mistura com o littréismo, o utilitarismo de Stuart Mill, o naturalismo de Thomas Henry Huxley e o evolucionismo agnóstico de Herbert Spencer, para apontar alguns dos grandes veios do pensamento teofilino quanto a influências, que nele permitem detetar um monismo evolucionista, que parte de Comte e Littré para desaguar num spencerismo, que ele corrige pelas fórmulas mais fechadas do materialismo e do ateísmo.

A Eugénio Pacheco, que se licenciou pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra em filosofia natural e fez posteriormente um estágio em mineralogia em Paris, dedica Brandão da Luz dois estudos, um sobre o homem e o animal (cf. pp. 201-208) e o outro sobre uma polémica com Miguel Bombarda (cf. pp. 209-225). Este intelectual, defensor da causa republicana e da autonomia dos Açores, que foi professor e reitor do Liceu Nacional de Ponta Delgada, desenvolveu atividade nos domínios da ciência, da pedagogia e do jornalismo de intervenção política e social, ganhando crédito como investigador no domínio da história natural, particularmente no campo da petrologia, da mineralogia e da geologia (cf. pp. 204 e ss.). De muito interesse para o conhecimento em Portugal da história da antropologia naturalista são os estudos, embora incompletos, que publicou na revista *O Instituto*, de Coimbra, com o título geral «Do lugar do homem na natureza», onde acusa influências das ideias evolucionistas, e de cujo pensamento diz Brandão da Luz que não nega «as peculiaridades das manifestações superiores do espírito humano» (p. 204), defendendo «uma conceção do homem sem solução de continuidade com a vida animal» (*ibidem*), parecendo-lhe que este autor não incarna uma «visão materialista do homem, como se poderá depreender pela forma como valoriza a noção de finalidade utilizada por Antero de Quental na crítica que este faz à

filosofia naturalista» (*ibidem*). Envolveu-se numa polémica nos jornais com Miguel Bombarda, aquando da visita deste a São Miguel, em finais de agosto de 1898. Teve a visita por fito habilitar tecnicamente a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada para levar avante o plano de construção de um hospital psiquiátrico na ilha (cf. p. 209). Bombarda publicou na revista de *Medicina Contemporânea* uma série de cinco artigos sob o título de «Açores médico», onde tecia considerações desprimorosas acerca da sociedade e do povo açorianos, do clima, da Fábrica de Tabaco Micaelense, das termas das Furnas, etc., com uma ousadia que aliava a inconveniência à incorreção de factos e informações. Eugénio Pacheco assumiu o bisturi da crítica no jornal *O Preto no Branco*, «procurando reabilitar a imagem de S. Miguel, tão injustamente denegrida e distorcida» (p. 215). Para o balanço da polémica remetemos o leitor (cf. pp. 216 e ss.). Ela tem hoje um interesse museológico, mas é exemplo de como Eugénio Pacheco defendia as suas ideias e exercia o jornalismo segundo a medida da verdade.

Caetano de Andrade recebe de Brandão da Luz o capítulo que intitula «Caetano de Andrade e a justiça como princípio da sociedade liberal» (pp. 229-251) e que constitui um excelente exercício de apuramento das ideias sociais e políticas do autor de *Direitos dos Operários: Estudos sobre as Greves*, que foi texto da dissertação apresentada à Universidade de Coimbra em 1870. Segundo o professor da Universidade dos Açores, neste texto se expõem e debatem «temas que ganharam relevância com as reformas liberais que procuravam libertar o país dos entraves do desenvolvimento económico» (p. 229). Este capítulo, irmanado na preocupação com a dimensão societária e política da existência humana e da nação portuguesa, que encontramos noutros capítulos, nomeadamente os dedicados a Teófilo Braga e Manuel de Arriaga, é paradigmático do interesse desta obra para a compreensão do pensamento sócio-político em Portugal no século XIX.

Quatro capítulos recebe a figura de extraordinário relevo da cultura oitocentista que é o Cónego José Joaquim de Sena Freitas, que recebeu os epítetos de «Lacordaire Lusitano» ou «Padre António Vieira de Oitocentos», e ombreou com vultos seus contemporâneos como Antero de Quental, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro e Camilo Castelo Branco, exibindo-se na verve crítica contra os males deletérios do seu tempo,

nomeadamente o positivismo, o naturalismo e o materialismo, acusando as tendências agnósticas e ateias do pensamento, da sociedade e da cultura a favor de um exercício de apologética, extraordinário em inteligência, sabedoria e argumento, pelas verdades espirituais cristãs e católicas. José Luís Brandão da Luz dá com plena suficiência argumentos para o colocarmos como o principal opositor católico do positivismo em Portugal, inteirando-nos da sua crítica à filosofia positivista (cf. pp. 253-274).

De facto, Sena Freitas é o representante católico do espiritualismo de Oitocentos, comparativamente com o que Antero representa para o mesmo espiritualismo na sua versão laica. Mas se Antero atingiu indiretamente o positivismo por via das suas reflexões críticas sobre o naturalismo filosófico e científico, Sena Freitas tomou por objeto de direta crítica a doutrina, de Comte e seguidores, em textos notáveis como os que intitulou *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte* (1904) e *A Doutrina Positivista* (s.d.). Mas Sena Freitas não é apenas o antipositivista e o apologeta do catolicismo. Brandão da Luz não o considera somente por tal prisma, mas move-se no sentido de nos devolver um Sena Freitas interessado em pensar a educação e em refletir sobre os ideais educativos (cf. pp. 275-290), um Sena Freitas viajante, de intensa bagagem cultural e histórica, pondo as viagens que realizou ao serviço da cultura e da religião (cf. pp. 291-317).

Após o capítulo 18 sobre «Sena Freitas e Teófilo Braga na imprensa regional» (319-329), pelo qual ficamos a saber da impressiva receção destes autores na imprensa micaelense, que contribui para apreciarmos o juízo que os conterrâneos deles faziam na época, seguem-se os capítulos finais, um dedicado ao pensamento anterior, intitulado «A viragem de Antero para a filosofia» (pp. 331-338), outro sobre «A filosofia do direito de Francisco Machado de Faria e Maia» (pp. 339-347) e, por fim, compreende o último uns «Elementos para uma mundividência naturalista nos Açores» (349-359).

Antero é estudado na dimensão filosófica propriamente dita após o seu conhecido abandono da produção poética ou a partir do texto crítico sobre «A filosofia da natureza dos naturalistas», de 1886, ano a partir do qual passou a dar vertebração teórica às suas ideias filosóficas, de que é exemplo o texto das «Tendências Gerais da Filosofia na

Segunda Metade do Século XIX» (1890). Após mostrar as limitações da filosofia naturalista, Brandão da Luz prossegue no sentido de traçar o quadro da visão filosófica do mundo de Antero, defendendo ainda a suma importância que a consciência moral detém na economia do pensar anterior.

Já Francisco Machado de Faria e Maia, contemporâneo, discípulo e amigo de Antero de Quental, atrai o autor de *Os Açores na Filosofia e nas Ciências* a propósito da sua filosofia do direito, procedendo à hermenêutica do texto sobre *Determinação e Desenvolvimento da Ideia do Direito ou Síntese da Vida Jurídica* (1878). O estudo da noção de «força», de origem leibniziana, e da unidade da natureza e do espírito, bem como a atenção aos temas da vontade e da justiça, propõem-nos um resgate do pensamento de Faria e Maia ao esquecimento a que secularmente tem sido votado.

A adesão de diversos autores açorianos ao naturalismo, doutrina de que Antero de Quental foi um dos principais críticos, modela nos Açores, para Brandão da Luz, uma mundividência, cuja defesa é ocasião para rememorar muito do que já havia dito em páginas anteriores sobre a tendência naturalista em filosofia e ciência e que, agora, aparece ordenada numa sequência de autores, de entre os quais salientamos José Augusto Nogueira Sampaio, já referido, Carlos Maria Gomes Machado, formado em medicina, que organizou um gabinete de história natural no Liceu de Ponta Delgada, de que era reitor, Coronel Afonso Chaves, geofísico e meteorologista, cujo nome está indelevelmente inscrito na história da meteorologia dos Açores, Francisco de Arruda Furtado e Caetano de Andrade Albuquerque Bettencourt, a que foram dedicados os capítulos 11 e 14, respetivamente, seguindo-se Francisco Machado de Faria e Maia. Num balanço da mundividência naturalista, escreve Brandão da Luz que esta se difundiu «além dos círculos mais intelectuais da nossa sociedade, em iniciativas de índole diversa e polémicas que animaram periódicos e tertúlias, mostrando que nos Açores se acompanhava de perto, a diferentes níveis, os temas em debate que o desenvolvimento das ciências introduzia» (p. 359).

A obra de Brandão da Luz culmina numa bibliografia especializada, dividida entre obras dos autores analisados e outras fontes bibliográficas de carácter geral, que condiz com o seu aparato científico, muito

diligente quanto à menção das fontes que cita e quanto à relação final bibliográfica, um instrumento precioso para quem se queira lançar na tarefa de explorar os contributos que os Açores deram para a filosofia e a ciência em Portugal, um domínio, em verdade, praticamente virgem pela ausência do seu estudo, a reclamar a atenção dos estudiosos, e a reclamar também que Brandão da Luz cumpra a promessa feita de um segundo tomo dos seus estudos.

Os Açores na Filosofia e nas Ciências, também pelo sistematismo de grandes linhas temáticas de abordagem, pode dizer-se uma obra atualmente sem par no panorama dos estudos de cultura nos Açores, com acentuações de originalidade sobretudo na hermenêutica que propõe dos autores, pois que não estanca somente nas referências históricas, nela muito substanciais, mas adota o texto como lugar privilegiado de interpretação enquanto é ele o condutor e recondutor do pensamento filosófico e científico. Diga-se, finalmente, que esta obra de José Luís Brandão da Luz impõe-se hoje, na cultura filosófica e científica dos Açores, como um marco incontornável para o estudo identitário da sociedade e do povo açorianos.

MANUEL CÂNDIDO PIMENTEL